

ABCE enviará contribuições para consulta sobre declaração de utilidade pública

A coordenadora do comitê de Meio Ambiente da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica, Alacir Borges Schmidt, contou nesta quinta-feira, 19 de outubro, que a associação pretende apresentar contribuições à consulta pública sobre o processo de declaração de utilidade pública de área de terras para fins de desapropriação. A Agência Nacional de Energia Elétrica decidiu colocar o tema em debate na última terça-feira, 17, na modalidade documental.

Segundo Alacir, a ABCE entende que a emissão tardia da declaração, como acontece hoje, não está sendo satisfatória para agentes e atingidos pelos empreendimentos, sejam eles de geração, distribuição ou transmissão. A proposta da entidade é para que a Aneel faça a expedição da declaração de utilidade pública para áreas de terras logo após a assinatura do contrato de concessão.

'Isso evita investimentos desnecessários', comentou. Além disso, segundo ela, a declaração prévia de utilidade pública eliminará o tratamento diferenciado entre os atingidos que receberam o documento antes da realização da obra e os que ainda não contam com a declaração. A medida poderá ainda beneficiar proprietários envolvidos, agilizando a concessão de isenções tributárias previstas na legislação, segundo ela.

Alacir destacou ainda que a mudança dará celeridade ao processo de licenciamento ambiental, entre outros aspectos. De acordo ela, os órgãos ambientais só autorizam a supressão de vegetação, por exemplo, quando a empresa apresenta o documento.

Outro ponto sugerido pela ABCE é para que a Aneel acelere a tramitação do processo. Alacir disse que a agência já tem atendido a esse pedido, concedendo a declaração num prazo médio de 30 dias. No entanto, ressaltou, já aconteceram casos nos quais a declaração de utilidade pública levou seis meses para ser emitida, deixando de cumprir o objetivo da lei.

Autor: Fábio Couto, da Agência CanalEnergia
Fonte: CanalEnergia